

OS “COVENANTS” E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO HOMEM

Cristiane MOLINA FERNANDES SILVA
Zachariah BRIAN ZAGOL¹

RESUMO: Os “covenants” eram documentos escritos que estabeleciam direitos recíprocos, inicialmente atinentes às liberdades religiosas. Foram eles que originaram os direitos fundamentais do homem, garantindo auto-determinação religiosa e social. O primeiro “covenant” foi feito entre Adão e Deus serviu de modelo aos celebrados entre o Rei e seus súditos. Seguem-se inúmeros “covenants”. Outro muito importante é O Compact, a Declaração de Mayflower, assinado pelos Puritanos antes de desembarcarem na Nova Inglaterra. Este “covenant” regravava a vida destes homens e lhes davam liberdade de religião garantia direito a educação, e ainda de portar armas e se organizarem. Os “covenants” foram a base da primeira Constituição do mundo: a Constituição Norte-Americana.

Palavras-chave: “Covenant”. Aliança. Declaração Mayflower. Puritanos. Liberdade religiosa. Constituição Americana.

INTRODUÇÃO

Os “convenants” foram vitais antecedentes dos direitos fundamentais do homem (a liberdade religiosa como direito e garantia individual). Influenciaram na elaboração de uma “carta de direitos” na Constituição dos Estados Unidos da América e auxiliaram na formação da

¹ os autores são alunos do primeiro ano do curso de Direito nas Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”.

democracia. Criou-se uma consciência histórica e cultural que serviria de modelo para as demais democracias modernas.

O primeiro “covenant” (pacto, aliança) foi feito com o primeiro homem (Gênesis, 2:16-17). Adão tinha uma proibição: que não comesse o fruto de uma determinada árvore. Quebrou o pacto com Deus e portanto foi expulso do Jardim do Éden. “Covenant” é basicamente uma regra, uma promessa de que algo seria (ou não seria) feito, visando ao melhor para o povo. Poderia ser também um conjunto de diretrizes práticas para a vida, como no pacto entre Deus e Abraão (Gênesis 17:04). Um “covenant” foi a lei dada a Moisés, os Dez Mandamentos (Êxodus 34:27). O termo “covenant” é mencionado 286 vezes na Bíblia, era a lei sob a qual os israelitas viviam no Velho Testamento. O modelo de aliança serviu para os protestantes reformados buscarem celebrar pactos de natureza social e religiosa com os monarcas.

Os “covenants” foram a esperança de protestantes na Europa do século XVII, para garantir seus direitos religiosos. Na Inglaterra, os puritanos, presbiterianos muito rígidos e apegados às Escrituras, estavam sendo perseguidos pelo reinado dos Stuart, reis católicos. Devido à intolerância religiosa, e às perseguições cruéis, muitos foram obrigados a emigrar para a América do Norte.

Em 1620 saiu de Southampton, na Inglaterra, um navio chamado Mayflower, transportando um grupo de 102 puritanos, entre os quais havia 41 “peregrinos”. Eles queriam um sistema no qual seriam governados pela lei de Deus, uma nova Terra Prometida. A Inglaterra era o Egito, um lugar de perseguição, e o Oceano Atlântico era o Mar Vermelho que deveria ser atravessado.

Antes de desembarcar na região da Nova Inglaterra, onde fundariam a colônia de Plymouth, os passageiros redigiram e assinaram um “covenant”: A Declaração Mayflower (The Mayflower Compact). Este documento foi algo inspirador para os colonos no Novo Mundo; de certa forma, foi a primeira Constituição Americana. Nele havia a promessa de cooperação

entre as pessoas, “para o bem geral da Colônia, à qual prometemos toda submissão e obediência”.

Até a sua Independência, em 1776, os Estados Unidos eram formados por 13 colônias controladas pela metrópole, a Inglaterra. As colônias do Norte foram povoadas por protestantes europeus, principalmente ingleses, que fugiam das perseguições religiosas em sua pátria. Assim como os puritanos do Mayflower, chegavam com o propósito de transformar a região num próspero lugar para habitarem com suas famílias. Estavam deixando tudo para trás na esperança de um novo começo. Cada uma das treze colônias tinha seu próprio “covenant”, um acordo entre as pessoas de agirem como bons cidadãos e serem obedientes a Deus. Esses documentos extremamente religiosos tornaram-se inspiradores para um dos maiores sistemas de governo da História da humanidade, por dar aos homens liberdade de religião e possibilitar a eles viverem uma vida de plenitude. Assim sendo, os “covenants” não foram somente uma espécie diferente de documento, mas um documento aberto que auxiliou no desenvolvimento da Constituição Americana. A grande nação do Norte estava sendo fundada com suas bases firmemente plantadas na fé religiosa.

As crenças espirituais que eles mantinham eram fortes e nortearam as leis e os costumes da comunidade. Desde que Deus estava na vanguarda de suas mentes, era Ele que motivava todas as suas ações. Essa premissa trabalhou tanto a favor deles como contra eles.

A igreja era tudo, e o pacto que as pessoas assinaram tornou-se a única maneira de pautar suas vidas. Havia liberdade para a prática daquela que acreditavam ser a única e verdadeira religião: o cristianismo. Todas as outras podiam ser perseguidas por causa do “covenant” extremamente religioso que vigorava então.

Entre fevereiro de 1692 e maio de 1693, os famosos julgamentos das bruxas ocorreram em muitas localidades, embora a maioria tenha acontecido na vila de Salém, Massachusetts. *“Mais de 150 pessoas foram detidas e aprisionadas. Duas cortes condenaram 29 pessoas pelo crime capital de bruxaria. Dezenas de acusados (quatorze mulheres e cinco homens) foram*

enforcados. Um homem que se recusou a declarar-se culpado foi esmagado até a morte por enormes pedras na tentativa de forçá-lo a confessar. Pelo menos outros cinco acusados morreram na prisão”.

Os julgamentos de Salém eram religiosos e dirigidos pela igreja. Pessoas inocentes foram acusadas injustamente por algo que não cometeram, e muitas perderam a vida por causa da intolerância e do fanatismo religioso. Mais tarde, aqueles que vieram para o Novo Mundo não apenas para fundar uma nova sociedade baseada na fé, mas uma sociedade livre, viram que a religião não era o caminho para estabelecer um governo. Essa sociedade evoluiu para um sistema democrático onde a liberdade é o valor mais importante.

As origens da democracia e dos direitos fundamentais pertencem à história da Europa, mas a primeira aplicação prática e extensiva da teoria foi executada nos Estados Unidos da América, graças à resistência do povo.

As alianças ou “covenants”, inclusive o primeiro deles ainda elaborado no mar, o “Compact Mayflower”, têm importância vital nas garantias das liberdades religiosa, de expressão e de reunião. Com base nas três e no auto-governo, ocorre a construção do modelo liberal clássico de Constituição.

Podemos definir o “covenant” como uma convenção, um antecedente de direito constitucional estipulado em lei, ou ainda como um documento escrito estabelecendo direitos recíprocos. É um tipo de contrato solene, e a melhor denominação é “aliança”, uma garantia de que um ato seria executado ou não seria executado. A palavra “aliança” é usada numa menção à chamada “nova aliança” estabelecida com Deus.

O movimento pioneiro de colonização britânica na América do Norte foi provocado pela intolerância religiosa contra os reformistas, ora por católicos, ora por anglicanos. Fica patente a idéia de estabelecimento e organização de um auto-governo pelos próprios signatários, que é um dos pilares da Constituição. Desde o início os puritanos manifestaram o desejo de se organizar em um corpo político civil e também de garantir direitos.

A luta pela liberdade religiosa na Inglaterra e Escócia teve como principal instrumento os “covenants”, essas alianças celebradas pelos puritanos presbiterianos com os monarcas ingleses.

Nos Estados Unidos, onde os puritanos se refugiaram da perseguição, descobriram que um governo poderia trabalhar com eficácia sem impor uma religião oficial, mudança que foi decisiva. Ficam evidentes os direitos religiosos como base da sociedade politicamente organizada. A meta do Estado passa a ser fazer homens livres para desenvolver suas faculdades e buscar a felicidade. Alguns estudiosos dos direitos humanos fundamentais apontam ter sido a liberdade de religião, que nasceu nas colônias britânicas, a verdadeira causa da declaração desses direitos do homem.

A Primeira Emenda da Constituição norte-americana proíbe a instituição de uma religião oficial e garante o exercício de qualquer culto. Em seguida, a emenda pioneira assegura a liberdade de palavra e de imprensa, para, finalizando, abordar o direito de reunião e de petição.

Os “covenants”, portanto, são os mais importantes antecedentes para a formação dos direitos fundamentais, pois garantem uma autodeterminação religiosa e social. Em solo norte-americano, os enunciados são também políticos e sociais, pois seus princípios organizaram uma sociedade que preconiza que o poder deve estar submetido à vontade do povo.

Esses “covenants” e a idéia de submissão se incumbiram de sujeitar os puritanos às normas escritas de inspiração bíblica, que, posteriormente, foram formuladas juridicamente e colocadas na Constituição.

Renunciar a calçar em condutas religiosas as declarações de direitos equivaleria a negar toda a história de colonização e não reconhecer a força normativa vinculadora de direitos que permearam as convenções, práticas, compromissos, tradições e documentos escritos. A Constituição escrita baseada nos princípios da soberania do povo e na divisão de poderes serviu de modelo às constituições de outros países.

Deste modo, uma doutrina social, política e religiosa baseada nos “covenants” acaba se transformando nos fundamentos dos Estados Unidos da América do Norte. Com a doutrina do direito natural religioso se engendra uma concepção de que a natureza do Estado repousa sobre uma nova base, uma “aliança” diferente chamada Constituição.

CONCLUSÃO:

Os “Covenants” influenciaram na formação da carta de direitos, pois as chamadas são fruto da luta religiosa iniciada ainda em terras britânicas. O termo origina da Bíblia, e pode ser melhor traduzido como “aliança” ou “pacto”. Foram os “covenants” que permitiram a liberdade de religião para os puritanos nas colônias e influenciaram de forma decisiva o modo de vida, entre os quais a auto-organização. A Declaração de Mayflower foi de certa forma a primeira Constituição Norte-Americana, embora ainda não com direitos oponíveis ao monarca, mas resguardando “privilegios” frente aos reis. A primeira aplicação prática da teoria da democracia e direitos fundamentais surge nos Estados Unidos da América, fruto da vida influenciada pelas Escrituras. Ao assegurar direito à educação liberdade religiosa e de auto-organização, os puritanos plantaram a semente da democracia que iria florescer depois da Revolução e da Guerra Civil.

BIBLIOGRAFIA:

KIZER, Kay. **Puritans**. Disponível em:

<<http://www.nd.edu/~rbarger/www7/puritans.html>>. Acesso em 23 jun. 2008

Puritanos. **Site da Enciclopédia Wikipédia**. Disponível em:

<http://en.wikipedia.org/wiki/Puritans#The_Great_Migration.2C_1630-1642> Acesso em 23 jun. 2008

Salem Witch Trials. **Site da Enciclopédia Wikipédia**. Disponível em:
<http://en.wikipedia.org/wiki/Salem_witch_trials> Acesso em 23 jun. 2008

Covenants of New England. Disponível em:
<<http://personal.pitnet.net/primarysources/covenants.html>> Acesso em 23 jun. 2008